

1 **Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social de Santa Catarina (CIB-**
2 **SC-AS).** Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, às treze horas e
3 trinta minutos, na Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI) -
4 Auditório Lino Grutzmacher, localizada na Rua Alberto Stein, 466, Velha, Blumenau,
5 Santa Catarina, Brasil, realizou-se a reunião plenária ordinária da Comissão
6 Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB-AS-SC) com a presença dos
7 membros: representantes da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e
8 Habitação (SST/SC): Romanna Remor (titular); Sandra Regina Coimbra da Silva
9 (titular), Ivanor Alberti (titular) e representantes do Colegiado Estadual de Gestores
10 Municipais de Assistência Social (COEGEMAS/SC): Vagner Ferreira de Oliveira
11 (titular), Giseli Ruckl Anton (suplente), Magno Rafael de Borba Muñoz (suplente), Oscar
12 Guilherme Grotmann Filho (suplente). Ainda estavam presentes gestores e técnicos
13 municipais, representantes da câmara técnica, secretarias regionais, associações de
14 municípios, conselhos. Realizou-se o chamamento e composição da mesa, após com a
15 palavra o Secretário Municipal de Assistência Social Oscar Guilherme Grotmann Filho,
16 a Coordenadora da CIBSC, o Presidente do COEGEMAS e a Diretora de Assistência
17 Social deram as boas vindas a todos (as). **1º Verificação da presença e da existência**
18 **de quorum:** sendo constatada a existência de quórum, conforme o Regimento Interno
19 da CIB-AS-SC, foi possível prosseguir os trabalhos de acordo com a ordem do dia. **2º**
20 **Apresentação, apreciação e aprovação da ordem do dia –** O Plenário aprovou a
21 pauta, incluiu-se nos informes o Plano Municipal de Assistência Social e o Pacto por
22 SC – Proteção Social dos CRAS e CREAS. **3º Apreciação e aprovação da ata da**
23 **reunião anterior:** Comunicou-se que a Ata nº 05 da reunião ordinária foi encaminhada
24 com antecedência aos membros da CIB, a qual foi considerada lida e aprovada pelo
25 Plenário. **4º Correspondências recebidas e expedidas:** Suzy Secretária Executiva da
26 CIB informou que a lista das correspondências expedidas e recebidas foi enviada para
27 o e-mail dos (as) Representantes, está disponível na presente reunião para consulta e
28 será disponibilizada no link da CIB <http://www.sst.sc.gov.br/index.php/institucional/cib>.
29 **5º Pactuação de matérias. Avaliação das Metas do Pacto de Aprimoramento do**
30 **SUAS.** Vagner informou que no dia anterior a plenária a Câmara Técnica do
31 COEGEMAS reuniu-se para apreciar as metas do pacto de aprimoramento do SUAS, e
32 possuem apontamentos para acordarem. De posse da palavra a Gerente de Avaliação
33 e Gestão da Informação Luciane dos Passos apresentou as metas enfatizando a
34 correção das metas 6; 12 e 21. Solicitou Vagner a explicação sobre a meta 11 referente
35 ao Regimento Interno da DIAS. A Diretora de Assistência Social explicou que o
36 Regimento Interno data de 2006, sendo que foi revisado em 2016 – mas, a discussão
37 não avançou e a Secretária Adjunta Régia solicitou que o Regimento retornasse a DIAS
38 para análise e estudo. Maria Eunice sugeriu a inclusão dessa informação na meta 11.
39 Sandra pediu a Luciane para realizar a inclusão dessas informações. A Coordenadora
40 da Câmara Técnica da CIB Maria Eunice expõe que as metas 8 e 12 inter-relacionam-
41 se no que tange ao apoio técnico aos municípios, solicitou a inserção de ações para as
42 dificuldades dos municípios e os Planos Municipais de Assistência Social. Com a
43 palavra Sandra sugeriu para o planejamento da DIAS de 2019 a realização
44 levantamento das necessidades dos municípios e de encontros do Estado com os
45 municípios para dialogarem sobre as necessidades. Maria Eunice retomou o diálogo e
46 mencionou as metas 1 e 2 sobre a regionalização, apontou que os municípios PP1 e
47 PP2 estão discutindo sobre a necessidade da regionalização da alta complexidade, e é

48 essencial para o ano de 2019 o Estado planejar com os municípios ações da
49 regionalização. A Diretora de Assistência Social explicou que com a promulgação da
50 Lei do FEAS vai ser possível o pagamento de equipes e para a alta complexidade deve
51 haver um estudo. O Plenário respondeu que não é possível. Também explicou a
52 Diretora que existe um Grupo de Trabalho na DIAS sobre os pisos de cofinanciamento,
53 esse grupo pode vir a estudar o cofinanciamento para o pagamento de equipes da
54 proteção social especial, não eximindo o estudo do CREAS regional e talvez o modelo
55 de CREAS regional não atenda alguns territórios do estado de Santa Catarina. Ainda
56 com a palavra Sandra disse que recentemente a DIAS elaborou um relatório das ações
57 prioritárias, incluindo a regionalização, dos serviços de alta complexidade, e no final do
58 ano será elaborado o relatório anual de gestão. Sandra explicou que a Diretoria de
59 Assistência Social está pensando em contratar uma instituição para realizar o
60 diagnóstico socioterritorial e que a regionalização, o concurso público e o diagnóstico
61 socioterritorial são prioridades elencadas no relatório. Maria Eunice mencionou as
62 metas 15 e 16 referente ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) apontando a
63 necessidade de descrever o público, a quantidade de pessoas. Uma técnica municipal
64 retomou a questão de pessoal e concurso público da Assistência Social e questionou
65 quando da consulta no portal transparência sobre o quantitativo de servidores o portal
66 aponta 259 (duzentos e cinquenta e nove) servidores. A Coordenadora da CIB explicou
67 que há uma evasão de servidores que são removidos para outros órgãos do Estado
68 e/ou passam em outros concursos e saem da Assistência Social do Estado. Sandra
69 complementa que a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
70 possui 5 (cinco) Diretorias Assistência Social; Trabalho e Renda; Segurança Alimentar;
71 Habitação e Direitos Humanos, nas quais os 259 (duzentos e cinquenta e nove)
72 servidores são distribuídos. Em seguida Luciane comunicou que nos dias 24, 25 e 26
73 de outubro aconteceu uma capacitação sobre o BPC, organizada pela servidora Magna
74 da Gerência de Benefícios, sendo capacitados (as) 600 (seiscentos técnicos (as)) e que
75 irá acrescentar no Pacto de Aprimoramento do SUAS essas informações. Ainda
76 Luciane informou que a Assistência Social participa de um Grupo de Trabalho,
77 coordenado pela Secretaria de Estado da Educação, sobre o BPC na escola sendo os
78 recursos do benefício provindos do Ministério da Educação (MEC). Sandra solicitou a
79 Luciane que pontue, no Pacto de Aprimoramento do SUAS, as informações sobre o
80 Seminário do BPC. Com a palavra a Coordenadora da Câmara Técnica da CIB
81 ratificou que a meta 10 (Lei do FEAS) deveria ser a primeira das metas, devido a ser
82 essencial para outros processos da Assistência Social. O Plenário pactuou a Avaliação
83 das Metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS. A Resolução será elaborada e
84 enviada ao COEGEMAS para análise. **Alteração do Calendário Anual da CIB.**
85 Alterou-se consensualmente a data e o local da plenária para 10 de dezembro em
86 Navegantes/SC ou Porto Belo/SC (a confirmar). **6º Matérias de discussão. Alteração**
87 **da LOAS e encaminhamentos a respeito:** Sandra comunicou que a DIAS elaborou
88 uma nota a alteração da LOAS – referente à possibilidade de fornecimento de
89 medicamentos pelos CRAS, enviou aos municípios, bem como postou no site da SST e
90 que essa situação está sendo discutida na Comissão Intergestores Tripartite (CIT).
91 Sendo a próxima reunião da CIT em dezembro e espera-se saber mais informações
92 sobre o assunto.

93 **Confinanciamento da média complexidade aos municípios que não tem CREAS.**
94 A Diretora de Assistência Social informou que a Gerência de Proteção Social Especial
95 vem acompanhando as discussões realizadas pelo Ministério de Desenvolvimento
96 Social (MDS) e pelas Câmaras Técnicas sobre o cofinanciamento das equipes da
97 proteção social especial na gestão e o cofinanciamento da média complexidade.
98 Sandra complementou que as discussões ainda não estão concluídas, mas sim em
99 construção. Explicou Sandra que com o estudo dos pisos de cofinanciamento e a
100 promulgação da Lei do FEAS será possível cofinanciar os serviços de média
101 complexidade ainda que os municípios não possuam CREAS. **7º Informes. Lei do**
102 **FEAS.** Disse a Coordenadora da Câmara Técnica da CIB que a tramitação da Lei está
103 vagarosa. Romanna comunicou que a Lei do FEAS está na Casa Civil. A
104 Coordenadora da CIB explicou que há 20 (vinte) dias atrás se reuniu com o Governador
105 do Estado e o Secretário de Estado da Fazenda Paulo Eli para tratar dos pontos de
106 restrição da Lei: a reprogramação e o repasse regular e automático e que na visão da
107 Secretaria de Estado da Fazenda o repasse deve ser conforme a disponibilidade
108 financeira. Continuou explicando a Coordenadora da CIB que o processo da Lei do
109 FEAS retornou a SST e foi reiterada a posição da SST sobre a Lei do FEAS. Seguiu o
110 processo da Lei para a Casa Civil e essa enviou a Secretaria de Estado da Fazenda.
111 Romanna informou que se reuniu com a Diretora do Tesouro da Fazenda para tratar
112 dos pontos restritivos da Lei do FEAS e a Diretora reiterou a sua posição contrária a da
113 SST. Então, o Secretário de Estado da Fazenda sugeriu a Secretária de Estado da
114 Assistência Social que conversasse com o Governador. A Secretária Romanna
115 conversou com o Governador e esse foi favorável. Diante dessa situação a Romanna
116 dialogou com o Diretor Geral de Contabilidade da Fazenda e esse foi favorável à
117 reprogramação e a contratação de pessoal e contrário ao repasse regular e automático.
118 Após o processo da Lei do FEAS foi remetido com ao Diretor de Assuntos Legislativos,
119 o qual foi favorável aos pontos elencados na Lei menos o repasse regular e automático.
120 Romanna disse ao Diretor de Assuntos Legislativos que é necessário alinhar o
121 entendimento sobre o repasse regular e automático antes da redação do texto
122 legislativo. Novamente, Romanna em conversa com o Governador do Estado e o
123 Secretário de Estado da Fazenda perguntou sobre a restrição do repasse regular e
124 automático. O Secretário Paulo Eli explicou que a Fazenda é contrária ao repasse
125 regular e automático, devido à equipe técnica entender que se trata de uma vinculação
126 financeira. Romanna informou ao Secretário da Fazenda e ao Governador que não se
127 trata de uma vinculação financeira – pois não há valores no momento e sim a
128 obrigatoriedade do repasse regular e automático. O Governador posicionou-se
129 favorável. O Secretário Paulo Eli disse que irá agendar uma reunião com a Secretária
130 Romanna e o Comandante Moisés - Governador eleito para dialogarem sobre a Lei do
131 FEAS e se o futuro Governador for favorável a Lei será encaminhada para a
132 Assembleia Legislativa de Santa Catarina este ano. A Coordenadora da CIB falou que
133 está sendo elaborada a exposição de motivos sobre a Lei do FEAS para ser
134 encaminhada ao Governo do Estado. Solicitou Romanna que os municípios redijam um
135 documento explicando da necessidade da Lei do FEAS enfatizando a priorização do
136 repasse regular e automático, afim de reforçar a solicitação em andamento. Com a
137 palavra Ivanor retomou a posição da equipe técnica da Secretaria de Estado da
138 Fazenda e disse da necessidade de convencer a equipe técnica e também o futuro
139 Governador que a Lei do FEAS não vincula receita, porque não há um percentual, o

140 que a SST está solicitando é o cumprimento do dever do Estado de executar o
141 orçamento no decorrer do ano de forma regular e automática, uma vez que a Política
142 de Assistência Social é de caráter continuado como a educação, saúde e segurança
143 pública. Comunicou Ivanor que a equipe da Assistência Social do Estado vem
144 trabalhando na construção de pisos para nortear o orçamento e do Decreto sobre a
145 reprogramação que já foi enviado aos municípios e está disponível no site da SST.
146 Ivanor reforçou a informação que a reprogramação também está na Lei do FEAS para
147 assegurar os recursos aos municípios. **Lei do SUAS.** A Diretora de Assistência Social
148 informou que a Lei do SUAS foi analisada pela Consultoria Jurídica da SST, sendo que
149 a COJUR apontou um equívoco na redação da Lei referente aos percentuais de 1%
150 (um por cento) até 2020; 3 % (três por cento) até 2024 e 5% (cinco por cento) até 2030
151 – segundo a Constituição Federal a Política de Assistência Social não possui
152 percentuais, apenas as Políticas de Educação e Saúde apresentam percentuais
153 constitucionalmente. Sandra falou que o processo da Lei retornou a Diretoria de
154 Assistência Social e está sendo estudado pelo grupo de trabalho sobre os pisos de
155 cofinanciamento a elaboração de um Decreto para contemplar o percentual do
156 cofinanciamento de 0,33 % (zero trinta e três por cento) do Estado e fazer a relação
157 com a Lei do SUAS. **Pactuação do calendário anual de 2019 na última Plenária da**
158 **CIB de 2018:** A Secretária Executiva da CIB Suzy informou que haverá a pactuação do
159 calendário anual da CIB de 2019 na última plenária do dia 10 (dez) de dezembro de
160 2018. **Apresentação da Consultora/Pesquisadora sobre as orientações para a**
161 **qualificação das 26 CIBs do País:** Suzy comunicou sobre o Ofício Circular n
162 03/2018/MDS/SNAS/DGSUAS/CGDEPS, o qual dispõe sobre a nomeação da
163 Consultora Aérica Meneses para auxiliar os trabalhos das CIBs do País. **Substituição**
164 **de Representante do Estado na CIB:** Ainda informou a Secretária Executiva da CIB
165 que a servidora Maristela Antonia dos Santos está substituindo como Representante
166 Titular do Estado na CIB a servidora Daiana Nardino Dias, a qual está em licença
167 maternidade. **Ofício SIPIA/SINASE - Ofício GABS/SST nº 689/2018:** Sandra reforçou
168 que a responsável pelo sistema é a servidora Karina Euzébio lotada na Diretoria de
169 Direitos Humanos, essa informação já foi dada em plenárias anteriores. **Imigrantes**
170 **Venezuelanos:** A Coordenadora da CIB comunicou que a Igreja Evangélica do Reino
171 de Deus está auxiliando no acolhimento dos imigrantes – fez contato com empresas
172 para conseguir vagas de trabalho e assim articular com o Sistema Nacional de
173 Emprego (SINE). No próximo dia 14/11, 30 (trinta) imigrantes chegarão e serão
174 acolhidos junto ao Complexo Dom Jaime na Palhoça e no dia 20/11, chegarão mais 30
175 (trinta). Romanna agradeceu aos municípios que irão acolher os imigrantes.
176 **Desembolso dos recursos cofinanciados em 2018:** Em seguida Ivanor explicitou
177 que a GFEAS tinha um calendário dos prazos de desembolso pactuado na CIB e no
178 Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) com prazo final de pagamento até 03
179 (três) de dezembro, porém os prazos precisaram ser revistos diante da promulgação do
180 Decreto do Governo do Estado que estabeleceu a data limite para pagamento até
181 29/11. A GFEAS refez o calendário dos prazos e publicizou no site da SST, cujo prazo
182 para análise pelo Estado foram reduzidos e manteve-se o prazo de 7 (sete) dias para
183 as retificações por parte dos municípios. O Gerente da GFEAS informou que foram
184 solicitados o Plano de Trabalho do Cofinanciamento 2018 aprovado pela Gestão –
185 aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social e a Resolução da aprovação
186 do Plano Municipal de Assistência Social 2019-2021. Ivanor solicitou que os municípios

187 atencem para as datas e se tiverem dúvidas entrem em contato com a GFEAS. Ainda
188 com a palavra Ivanor informou que a data final para a manifestação sobre o cronograma de
189 desembolso é 22 (vinte e dois) de novembro e que 03 (três) municípios não habilitados - 02
190 (dois) por não envio da documentação e 01 (um) pela não aprovação do Plano de Trabalho
191 pelo Conselho Municipal de Assistência Social; os demais municípios estão habilitados ou com
192 pendências – os quais devem realizar as retificações para serem habilitados. Frisou Ivanor que
193 no dia 22/11 é o prazo final para a manifestação e os recursos serão destinados aos municípios
194 habilitados em detrimento aos que não conseguiram a habilitação; entre 23/11 e 29/11 será
195 efetivado o pagamento do cofinanciamento da Proteção Social Básica; sendo que a Secretária
196 Romanna está empenhando-se para conseguir recursos para o pagamento da Proteção Social
197 Especial de Média Complexidade, junto a Fazenda do Estado. De posse da palavra a
198 Coordenadora da CIB comunicou que no final de novembro serão pagos R\$ 10.500.000,00
199 (dez milhões e quinhentos mil reais); no dia 01/12 a Secretaria da Fazenda e o Governo do
200 Estado irão analisar a situação financeira do Estado com margem de prazo até 08/12; caso
201 possua disponibilidade financeira e a garantia do pagamento do 13º salário, do salário de
202 dezembro aos servidores e sobra financeira serão eleitas as prioridades; a SST reafirmará o
203 pleito da Assistência Social junto ao Governo do Estado. Retomou Ivanor as orientações sobre
204 o cofinanciamento 2018 explicando que no dia 08/11 foram enviados aos municípios e
205 disponibilizados no site da SST o resultado da análise, a atualização do cronograma de prazos
206 e o modelo de retificação. Ivanor explicou se houve a disponibilidade financeira do Estado será
207 possível empenhar o valor de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) do
208 cofinanciamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade, os quais serão
209 repassados em restos a pagar no final de janeiro de 2019 – não é o ideal, mas não se consome
210 o orçamento de 2019. **Termo de Referência do CapacitaSUAS:** Comunicou a Diretora de
211 Assistência Social que o documento está na Gerência de Convênios para a elaboração do
212 Edital e após dar os encaminhamentos afim de contratar a Instituição de Ensino Superior (IES),
213 a qual irá executar o CapacitaSUAS em 2019. **Planos Municipais de Assistência Social:**
214 Luciane indicou, de acordo com informações da Gerência de Gestão do SUAS, que 276
215 (duzentos e setenta e seis) municípios enviaram os planos e 19 (dezenove) não enviaram os
216 planos. Em seguida Sandra disse que a equipe da Diretoria de Assistência Social é pequena e
217 assim não há servidores (as) para agilizarem a análise desses planos e com a reordenação da
218 DIAS espera-se priorizar ações para sanar essa deficiência. Com a palavra Romanna solicitou
219 a Diretora de Assistência Social o levantamento de servidores (as) lotados na DIAS, para poder
220 reordenar os trabalhos. Maria Eunice solicitou o envio ao COEGEMAS da lista com os 19
221 (dezenove) municípios que não entregaram o plano, afim de o Colegiado ajudar a contatar
222 esses municípios. Luciane falou que irá providenciar. Janice Assistente Social da Federação
223 Catarinense de Municípios (FECAM) comentou sobre o número expressivo de municípios que
224 entregaram o plano e da necessidade de motivar os que ainda não o entregaram. Enfatizou
225 Janice a necessidade de qualificar o plano alinhando as diretrizes do SUAS, da Política de
226 Assistência Social, prazos e outros aspectos relevantes. Romanna reafirmou a necessidade de
227 qualificação dos planos e os parâmetros de avaliação desses; retomando a reordenação da
228 equipe técnica da DIAS. **Veículos de Investimento:** A Coordenadora da CIB avisou do evento
229 da entrega dos veículos de investimento no dia 27 de novembro com a presença do Ministério
230 do Desenvolvimento Social, Ministério Público, SST, municípios e interessados – o qual
231 objetiva ser uma prestação de contas a sociedade. Ainda falou a Coordenadora sobre a
232 solicitação que fez as Diretorias da SST sobre o andamento de ações, programas, projetos e
233 planos pretendendo a continuidade dos serviços públicos da SST. Na sequência Sandra
234 retomou o assunto sobre a equipe técnica da DIAS informando o quantitativo de servidores
235 (as): DIAS 02 (duas); Proteção Social Especial 03 (três); Benefícios 03 (três); Proteção Social
236 Básica 04 (quatro); Gestão do SUAS 02 (duas); Avaliação e Informação 02 (duas); Fundo de
237 Assistência Social 03 (três); Gestão do Trabalho 03 (três) e Terceirizadas 02 (duas). Romanna

238 apontou que os demais servidores – incluindo os de carreira; comissionados e terceirizados
239 estão alocados nas demais Diretorias da SST. **Pacto pela Proteção Social SC (CRAS e**
240 **CREAS)**: O Gerente Martin apresentou as entregas dos CRAS entregues 53 (cinquenta e três);
241 em andamento 52 (cinquenta e dois), CREAS entregues 11 (onze); em andamento 18 (dezoito),
242 Centro – Dia entregue 0 (zero); em andamento 2 (dois), Casa de Acolhimento entregue 0
243 (zero); em andamento 1 (um). Um Técnico do município de Jaraguá do Sul perguntou
244 sobre se a data de inauguração do CRAS será no dia 22 de novembro. Martin
245 respondeu que a entrega dos CRAS nos municípios de Timbó, Schroeder, Pomerode e
246 Jaraguá do Sul acontecerá no dia 22 de novembro. Ainda com a palavra informou
247 Martin que os contratos para a entrega dos móveis aos CRAS estão assinados e com
248 as ordens de fornecimento sendo que uma das empresas desistiu e chamaram a
249 segunda colocada; com a previsão de entrega até o final de novembro a todos os
250 municípios. O mesmo técnico de Jaraguá do Sul perguntou a Secretária Romanna
251 sobre o documento enviado aos municípios a respeito da utilização dos veículos do
252 Pacto. Respondeu a Secretária que o propósito de uso desses veículos é a busca ativa
253 dos CREAS e não pela gestão; caso a gestão precise usar o veículo deve pedir
254 autorização ao Conselho Municipal de Assistência Social. Romanna disse que a SST
255 está recebendo denúncias sobre a utilização indevida dos veículos do Pacto e diante
256 dessa situação a SST irá enviar aos municípios um documento com as orientações de
257 uso dos carros. Uma técnica de Rio Negrinho informou que o município solicitou
258 permissão ao Conselho Municipal de Assistência Social para a gestão utilizar o veículo
259 em viagens, pois precisam, por exemplo, viajarem para participarem das plenárias da
260 CIB; também adquiriram um carro com recursos do município. Com a palavra a
261 Secretária Romanna reafirmou o objetivo do uso dos veículos de serem usados para a
262 busca ativa dos CREAS. Os municípios questionaram a respeito das datas de entregas
263 dos equipamentos. Martin informou que o gabinete está organizando a agenda.
264 Romanna avisou que será feito um cronograma de entregas e os municípios serão
265 comunicados. Ivanor disse a Martin que um município perguntou sobre a previsão de
266 futuro projetos para a construção de equipamentos. Pontuou Martin que um novo
267 projeto dependerá do novo Governo e o prazo do atual projeto foi prorrogada para até a
268 metade de 2019. Na sequência a Coordenadora da CIB solicitou aos municípios a uma
269 moção sobre a Lei do FEAS para ser enviada ao Governador eleito Comandante
270 Moisés. Com a palavra a Diretora de Assistência Social fez um convite a todos (as)
271 para participarem do 1º Seminário Estadual de Gestão do Trabalho e Educação
272 Permanente do SUAS na Região Sul em Criciúma/SC nos dias 29/11 a 30/11. Luciane
273 lembrou do preenchimento, neste mês, do CensoSUAS e do Demonstrativo Sintético
274 Financeiro. O Presidente do COEGEMAS comunicou que os informes foram feitos na
275 Plenária do COEGEMAS no período da manhã. Os informes dessa plenária encontram
276 –se disponíveis na íntegra no link <http://www.sst.sc.gov.br/index.php/institucional/cib> e
277 serão enviados por e-mail. Finalizando a Plenária Vagner Ferreira de Oliveira,
278 Romanna Remor e Sandra Regina Coimbra da Silva agradeceram a presença de todos
279 (as) e desejaram um bom retorno. Nada mais havendo a tratar, eu Suzy Cristina
280 Rodrigues – Secretária Executiva da CIBSC, lavrei a presente Ata, cuja gravação
281 encontra-se nos arquivos da Secretaria Executiva da CIB-AS-SC.